

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 05 de setembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1002957-50.2017.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil**  
Requerente: Miguel Antonio Nascimento  
Requerido: Marcos Sérgio Moreira César

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

MIGUEL ANTONIO DO NASCIMENTO, qualificado nos autos, promove contra MARCOS SÉRGIO MOREIRA CESAR a presente ação ordinária alegando, em resumo, que é vizinho do requerido; que o requerido não possui em sua residência área pavimentada; que o fato causa infiltração de águas pluviais diretamente no solo e danos na estrutura do seu imóvel; que o requerido possui uma árvore que causa sujeira e entupimento das calhas de escoamento de água; que sofreu danos físicos para limpar a sujeira da árvore; que o requerido deve ser compelido a realizar as obras necessárias para reparar os danos causados e retirar a árvore, sob pena de pagamento de multa diária; que os fatos lhe causaram danos morais e materiais que devem ser suportados pelo requerido. Pede a procedência da ação.

O requerido contestou a ação aduzindo que o autor não comprovou os fatos alegados; que em decorrência de fortes chuvas, várias casas do

**1002957-50.2017.8.26.0037 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

quarteirão da residência do autor foram interditadas pela Prefeitura Municipal desta cidade em face da redução da resistência do solo; que na vizinhança existe uma obra inacabada que deixou buracos de brocas em aberto e o fato contribuiu para os danos; que o autor não sofreu os danos que alega; que a árvore foi retirada. Pediu a improcedência da ação (págs. 77/80).

O processo foi saneado (págs. 97).

Veio para os autos o laudo pericial de págs. 137/157 e do seu teor as partes foram cientificadas.

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A pretensão inicial é improcedente.

Com efeito, pretende o autor ser indenizado pelos danos materiais e morais que alega ter sofrido.

É certo, contudo, que os documentos por ele apresentados não comprovam a culpa do requerido pelos danos ocorridos no seu imóvel.

No acordo de págs. 56 celebrado pelas partes junto ao Juizado Especial Cível desta Comarca comprometeu-se o requerido a retirar árvore descrita na inicial e às págs. 92 demonstrou a sua retirada, cumprindo o acordado.

Ademais, no laudo de págs. 137/157 concluiu o perito judicial que:

"... A quadra onde se localizam os imóveis do requerente e requerido, sofreu muitas avarias no período de janeiro/2016.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Contribui também, para agravamento das avarias no imóvel do requerente, a área de terra localizada nos fundos do imóvel do requerido junto a edícula do requerente, sendo local de infiltração de águas que ali se acumulam (vide fotografias a seguir).

Observamos na quadra que as avarias nas construções ocorreram basicamente na divisa com áreas não calçadas (de terra), que com a infiltração de águas ocorreu um deslocamento vertical das paredes e muros ocasionando rachaduras.

Isso se comprova pelo desnivelamento do piso da edícula do requerente junto a divisa puxado em direção ao muro de arrimo e aterro do requerido, delimitando, inclusive, a faixa de deformação do solo.

Portanto, as patologias no imóvel do requerente ocorreram na época em que concomitantemente também sofreram avarias em imóveis vizinhos e a área de terra no imóvel do requerido junto à edícula do requerente somente pode ter contribuído para o agravamento dos problemas já mencionados."

Assim, restou claro que os danos ocorridos no imóvel do autor não ocorreram por culpa do requerido, em sua origem e o agravamento noticiado no referido laudo, por si, não os causou.

Justa, assim, a sua resistência em reparar os danos pretendidos pelo autor.

Nada existe a indenizar, portanto.

Diante do exposto, julgo improcedente a ação e condeno o autor no pagamento das custas processuais, salários do perito e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor dado à causa, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 12 de setembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA